



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - ADEMA

LICENÇA SIMPLIFICADA

No: 588/2013

EMPRESA/EMPREENDEDOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CRISTOVAO

C.N.P.J / CPF: 13128855000144

ATIVIDADE LICENCIADA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM PLUVIAL

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR: ESTRADA DO CRISTO 45, CENTRO, SÃO CRISTOVÃO, SE

ESTA LICENÇA AUTORIZA A INSTALAR E/OU OPERAR A ATIVIDADE NAS SEGUINTE CONDIÇÕES:

1. Esta Licença Simplificada autoriza a executar as obras de Pavimentação em paralelepípedo de 70 (Setenta) ruas, com extensão de vias de 10.763,00m e Drenagem Pluvial, com extensão de tubulações de 6.682,00m, situadas no Jardim Rosa Maria, município de São Cristóvão.
2. Esta Licença deverá ser encaminhada para publicação em conformidade com a Resolução Conama nº 06/86, no prazo de 30 dias, a partir da data de expedição desta Licença, devendo em seguida ser encaminhada cópia das publicações à Adema.
3. A Prefeitura Municipal de São Cristóvão deverá requerer a renovação da Licença Simplificada, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade desta licença.
4. A implantação e operação do canteiro de obras deverão atender as Normas Técnicas e Legislação Ambiental vigentes.
5. Esta Licença não autoriza lançamento de despejos sanitários à rede de drenagem de águas pluviais.
6. A Prefeitura Municipal de São Cristóvão deverá executar as obras de Pavimentação em Paralelepípedo e Drenagem Pluvial, conforme documentação apresentada à Adema.
7. A Drenagem Pluvial deverá ser executada em conformidade com o Plano Diretor, Lei Orgânica ou qualquer outra legislação municipal referente ao uso e ocupação do solo urbano.

8. A Drenagem Pluvial deverá ser implantada de forma a garantir o fluxo natural das águas e evitar o surgimento de processos físicos ativos (erosão, assoreamento, alagamentos e outros), conforme projeto apresentado a Adema.
9. A Prefeitura Municipal de São Cristóvão deverá implantar as instalações sanitárias provisórias até a conclusão das obras, conforme estabelece a Resolução CECMA nº 09/81.
10. A Prefeitura Municipal de São Cristóvão durante a execução das obras deverá realizar manutenção permanente com aspersão de água, como forma de minimizar a emissão de particulados.
11. Os resíduos sólidos gerados pela execução da obra deverão atender o disposto na Resolução Conama nº 307/2002.
12. A emissão de ruído proveniente da atividade deverá obedecer aos limites estabelecidos nas NBR's nº10.151 e nº10.152 da ABNT, referenciadas pela Resolução Conama nº 01/90.
13. O material de empréstimo utilizado nas obras deverá ser oriundo de jazidas devidamente licenciadas pela Adema e DNPM.
14. A recuperação de motores, serviços mecânicos dos equipamentos e troca de óleo, utilizados na obra, deverão ser realizados em locais apropriados, assegurando-se que os resíduos não atingirão os ecossistemas, os recursos hídricos de superfície e os aquíferos.
15. Quaisquer alterações e/ou ampliações que impliquem em aumento de área, capaz de modificar a classe de enquadramento do empreendimento, o empreendedor deverá comunicar a Adema para análise e providências cabíveis.
16. O não cumprimento das condições aqui estabelecidas sujeitará ao infrator a aplicação das penalidades previstas na Legislação Ambiental Vigente.
17. Esta Licença não exclui nem substitui outras licenças relativas a Órgãos nas esferas Federal, Estadual e Municipal, com jurisdição sobre a área.
18. Caso de omissão ou o uso de informações não verídicas no Requerimento de Licença (RL), no Termo de Responsabilidade Ambiental (TRA) e/ou no Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCE), instrumentos que subsidiaram a emissão desta Licença Simplificada, poderá a Adema:

- Suspender de imediato a licença ambiental simplificada e impor multa, na forma da legislação ambiental vigente;

- Denunciar o responsável técnico ao respectivo Conselho de Classe, responsabilizando-o pela multa conjuntamente com o empreendedor;

- Enviar cópia dos procedimentos adotados para conhecimento do Ministério Público Estadual.

19. A Adema, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente Licença, quando ocorrer:

- Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

- Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a Licença;

- Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde;

- Superveniência de normas técnicas e legais sobre o assunto.

A aceitação desta licença está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.adema.se.gov.br>>

Licença emitida com base na Lei Estadual Nº 5.057, de 07 de Novembro de 2003, Artigo 4º, Inciso VIII.

Emitida às 16:00:47 do dia 30/10/2013 <hora e data de Brasília>.

Conforme Processo ADEMA 2013-005851/TEC/LS-0324 e Parecer Técnico PT-10163/2013-0141

Válida até 30/10/2014

Código de controle da licença: a140bf16e537ae31275165813da0c8ac

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Decreto Nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

II - deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.